

Youth and adult education in the municipality of Marília in the period 2009-2019

A educação de jovens e adultos no município de Marília no período de 2009-2019

La educación de jóvenes y adultos en el municipio de Marília en el período 2009-2019

Talita dos Santos Gonçalves¹ , Claudia Pereira de Pádua Sabia¹ 

¹ Universidade Estadual Paulista, Marília, São Paulo, Brasil.

Autor correspondente:

Claudia Pereira de Pádua Sabia

Email: <mailto:claudia.sabia@unesp.br>

Como citar: Gonçalves, T. S., & Sabia, C. P. P. (2021). A educação de jovens e adultos no município de Marília no período de 2009-2019. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 14(33), e16796. <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v14i33.16796>

ABSTRACT

The Youth and Adult Education (YAE) modality was established by the Law of Guidelines and Bases for National Education (LDBEN) in 1996. YAE is intended for people over 18 years of age who have not completed elementary and secondary education and this type of education it is the opportunity for them to continue or start schooling. The objective of the study was to identify how the offer of this modality is organized in the city of Marília between 2009-2019 and to verify its characteristics, its possible advances and/or setbacks. The research had a Scientific Initiation grant from the Foundation for Research Support of the State of São Paulo (FAPESP). The methodology uses a qualitative approach and bibliographic and documentary research. The documentary research consisted of the National Education Plan (PNE 2014-2024) and the Municipal Education Plan (PME 2015-2025) and the Statistical Synopsis of the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP). As a result, we identified a mismatch between the goals established in the PME (2015-2025) and the enrollments carried out in the YAE in the studied municipality, which have been decreasing sharply between 2009-2019. We also verified in the PPP of two surveyed schools, which both bring in their Teaching Plan for YAE, repetitive content and a language aimed at children, constituting an inadequate methodology for the target audience, mostly composed of adults and elderly people above 60 years old, disregarding the life context of its students, their trajectories and experiences, contrary to what Paulo Freire proposes in his method and adult literacy for “reading the word and reading the world”.

Keywords: Illiteracy. Municipal Education Plan of Marília. National Education Plan. Public Policies for Youth and Adult Education (YAE). Right to education.

RESUMO

A modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi instituída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996. A EJA é destinada às pessoas maiores de 18 anos que não concluíram os ensinos fundamental e médio e esta modalidade da educação é a oportunidade para que prossigam ou iniciem a escolaridade. O objetivo do estudo foi identificar como é organizada a oferta desta modalidade no município de Marília entre 2009-2019 e verificar suas características, seus possíveis avanços e/ou retrocessos. A pesquisa contou com bolsa de IC da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo (FAPESP). A metodologia utiliza a abordagem qualitativa e as pesquisas bibliográfica e documental. A pesquisa documental consistiu no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e Plano Municipal de Educação (PME 2015-2025) e na Sinopse Estatística do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Como resultados, identificamos um descompasso entre as metas estabelecidas no PME (2015-2025) e as matrículas realizadas na EJA no município estudado que vêm diminuindo acentuadamente entre 2009-2019. Verificamos também no PPP de duas escolas pesquisadas, que ambas trazem em seu Plano de Ensino para a EJA, conteúdos repetitivos e uma linguagem direcionada às crianças, constituindo-se numa metodologia inadequada para o público-alvo, majoritariamente composto por adultos e idosos acima de 60 anos, desconsiderando o contexto de vida de seus educandos, suas trajetórias e vivências, contrário ao que propõe Paulo Freire em seu método e alfabetização de adultos para a “leitura da palavra e leitura do mundo”.

Palavras-chave: Analfabetismo. Direito à Educação. Plano Municipal de Educação de Marília. Plano Nacional de Educação. Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

RESUMEN

La modalidad de Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) fue establecida por la Ley de Lineamientos y Bases de la Educación Nacional (LDBEN) en 1996. EJA está destinada a personas mayores de 18 años que no hayan completado la educación primaria y secundaria y este tipo de educación es la oportunidad para que continúen o comiencen sus estudios. El objetivo del estudio fue identificar cómo se organiza la oferta de esta modalidad en la ciudad de Marília entre 2009-2019 y verificar sus características, sus posibles avances y/o retrocesos. La investigación contó con una beca de Iniciación Científica de la Fundación de Apoyo a la Investigación del Estado de São Paulo (FAPESP). La metodología utiliza un enfoque cualitativo y una investigación bibliográfica y documental. La investigación documental consistió en el Plan Nacional de Educación (PNE 2014-2024) y el Plan Municipal de Educación (PME 2015-2025) y la Sinopsis Estadística del Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira (INEP). Como resultado, identificamos un desajuste entre las metas establecidas en el PME (2015-2025) y las matrículas realizadas en la EJA en el municipio estudiado, las cuales han venido disminuyendo drásticamente entre 2009-2019. También verificamos en el PPP de dos colegios encuestados, que ambos traen en su Plan Docente para EJA, contenidos repetitivos y un lenguaje dirigido a niños, constituyendo una metodología inadecuada para el público objetivo, compuesto mayoritariamente por adultos y ancianos mayores de 60 años, desconociendo el contexto de vida de sus alumnos, sus trayectorias y vivencias, contrario a lo que propone Paulo Freire en su método y alfabetización de adultos para “leer la palabra y leer el mundo”.

Palabras clave: Analfabetismo. Derecho a la educación. Plan de Educación Municipal de Marília. Plan Nacional de Educación. Políticas Públicas de Educación de Jóvenes y Adultos (EJA).

INTRODUÇÃO

O problema do analfabetismo no país persiste até os dias atuais, pois decorre de um ensino voltado para o mercado de trabalho, com metodologias que privilegiam uma pequena parcela da população (classe dominante). Por existir ainda uma visão tradicional de ensino, muitos sujeitos

ficam à margem da educação, uma vez que se elege uma educação centrada no educador, em que o contexto histórico de seus educandos é ignorado, e assim, esta educação tende a falhar na contribuição para um desenvolvimento integral do educando. Quando falamos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), trata-se de uma situação ainda mais delicada, pois estamos tratando de sujeitos que não tiveram acesso à educação em idade adequada ou tiveram seu processo educacional interrompido em algum momento de suas vidas e acabaram enfrentando situações como o desprezo e desvalorização social, tendo que superar preconceitos e desafios ao ingressarem em outras esferas sociais, no mercado de trabalho, por exemplo, ficando, muitas vezes, à margem da sociedade.

Portanto, devemos tratar a EJA viabilizando uma educação que dê luz aos seus educandos, promova sua emancipação através de esclarecimentos e novas/outras aprendizagens e conhecimentos, valorizando sempre o sujeito histórico que está diante de nós, pois este também possui saberes adquiridos em suas vivências na relação com o outro. Deste modo, estudar e entender o papel das políticas públicas para a EJA torna-se fundamental para que alcancemos uma educação de qualidade para estes cidadãos, que atenda suas necessidades assim como lhes é de direito.

O objetivo geral deste trabalho é identificar como é organizada a oferta da EJA no município de Marília/SP tendo como base o período de 2009 a 2019, sendo cinco anos antes do Plano Municipal da Educação – PME (2015-2025) e cinco anos após sua vigência.

Para a pesquisa de abordagem qualitativa, realizou-se levantamento bibliográfico abarcando os temas relacionados a esta pesquisa e autores que são referência na Educação de Jovens e Adultos. A pesquisa documental consistiu na análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) de duas escolas pesquisadas que oferecem a EJA para os anos iniciais do Ensino Fundamental no município de estudado. Também foram analisados documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), Plano Nacional da Educação (PNE) (2014-2024) e Plano Municipal da Educação (PME) do município de Marília (2015-2025).

Para o desenvolvimento deste estudo foi nos organizamos da seguinte forma: inicialmente, apresentamos uma retrospectiva histórica da EJA no Brasil, demarcando os avanços e recuos presentes na trajetória desta modalidade de ensino até os dias atuais. Posteriormente, trouxemos uma breve contextualização do município em que abordamos o histórico da EJA no município, assim como realizamos o levantamento das escolas que oferecem atualmente a modalidade de ensino. Na sequência, apresentamos a análise dos currículos em que realizamos também uma discussão sobre a oferta da EJA em Marília/SP. Na seção seguinte, apresentamos as metas da EJA tanto no Plano Nacional da Educação como o Plano Municipal da Educação e dados de matrículas durante o período de estudo deste projeto, em que abordamos também a taxa de analfabetismo absoluto e funcional no município. Por fim, com base em todos os apontamentos, elaboramos as considerações finais do trabalho trazendo os principais pontos discutidos ao longo deste trabalho, seguidas das referências.

RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EJA DEMARCADA POR AVANÇOS E RECUOS

A trajetória da EJA é composta por lutas e desafios desde os seus primórdios em 1549, ano em que os jesuítas chegaram ao Brasil e perceberam que sem alfabetizar os índios não seria possível convertê-los a fé cristã. Conforme Quaglio (1992), os padres jesuítas passaram a alfabetizar os adultos nativos, dando início aos primeiros educadores de adultos no país. Com a expulsão dos jesuítas, ocorrida em 1759 e, com o início do império em 1822, a EJA passou por alterações.

A Constituição Federal de 1824 (Brasil, 1824) garantia a todos os cidadãos o direito à instrução gratuita, porém o título de cidadão era destinado apenas para pessoas livres, ou seja, os escravos estavam excluídos. Strelhow (2010, p. 51), explicita o contexto da EJA no período Imperial.

Com a saída dos jesuítas do Brasil em 1759, a educação de adultos entra em colapso e fica sob a responsabilidade do Império a organização e emprego da educação. A identidade da educação brasileira foi sendo marcada então, pelo elitismo que restringia a educação às classes mais abastadas. As aulas régias (latim, grego, filosofia e retórica), ênfase da política pombalina, eram designadas especificamente aos filhos dos colonizadores portugueses (brancos e masculinos), excluindo-se assim as populações negras e indígenas. Dessa forma, a história da educação brasileira foi sendo demarcada por uma situação peculiar que era o conhecimento formal monopolizado pelas classes dominantes.

Para o autor citado, nesse período entre o Império e início da República a educação de jovens e adultos era carregada de um princípio missionário e caridoso. A alfabetização de jovens e adultos deixa de ser um direito para ser um ato de solidariedade.

Com o início do século XX houve uma grande mobilização social que pretendia diminuir as taxas de analfabetismo. O Brasil passa a consolidar a oferta de ensino e abranger variadas classes sociais na intenção de se ensinar a ler e escrever a partir de 1930. Em 1940, a EJA mais uma vez passa por mudanças, agora com iniciativas políticas e pedagógicas e com o surgimento da Campanha Educacional de Adolescentes e Adultos (CEAA). Houve maior atenção para a elaboração de materiais didáticos destinados ao público adulto com a intenção de ser oferecido um ensino de melhor qualidade e de forma não obrigatória, deste modo, procuravam as escolas, apenas aqueles que realmente tinham interesse em aprender.

Com o fim do governo Getúlio Vargas em 1945 e com as mudanças no cenário político do país, a EJA enfrentou momentos de crises e críticas. Entretanto, é neste momento que a EJA ganha destaque e passa mostrar sua importância, pois neste período buscava-se lutar pela educação para todos.

Em 1950 foi realizada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), campanha esta que foi um marco nas discussões sobre a educação de adultos, entretanto, seus organizadores entendiam que as ações alfabetizadoras eram insuficientes e que era preciso dar prioridade à educação de crianças e jovens, pois para este público, a educação sim, somaria diferença em suas vidas.

Em 1970 cresce em todo o território nacional o Movimento Brasileiro de Alfabetização conhecido como MOBRAL. Conforme Strelhow (2010, p.54), o objetivo deste programa de alfabetizar funcionalmente e promover uma educação continuada. Para o autor citado

com esse programa a alfabetização ficou restrita à apreensão da habilidade de ler e escrever, sem haver a compreensão contextualizada dos signos. Configurava-se assim, o sentido político do Mobral, que procurava responsabilizar o indivíduo por sua situação desconsiderando-o do seu papel de ser sujeito produtor de cultura.

Surgiram também neste período, ações como o Programa de Alfabetização e o Programa de Alfabetização Total que possibilitavam aos jovens, e àqueles que ainda não dominavam a leitura e a escrita, dar continuidade aos estudos.

Na década de 1980 encerra-se o período do governo militar, tendo início o processo de redemocratização no país. A EJA passa mais uma vez por mudanças, desta vez decorrente da extinção do MOBRAL em 1985. Em substituição ao MOBRAL cria-se a Fundação Educar contendo finalidades específicas de alfabetização e estando dentro das competências do Ministério da Educação (MEC). Strelhow (2010, p. 55-56) explicita este período.

Com o fim do Mobral em 1985, surgiram outros programas de alfabetização em seu lugar como a Fundação Educar, que estava vinculada especificamente ao Ministério da Educação. O seu papel era de supervisionar e acompanhar, junto às constituições e secretarias, o investimento dos recursos transferidos para a execução de seus programas. No entanto, em 1990, com o

Governo Collor, a Fundação Educar foi extinta sem ser criado nenhum outro projeto em seu lugar. A partir daí então, começou a ausência do governo federal nos projetos de alfabetização. Os municípios passam a assumir a função da educação de jovens e adultos. Paralelamente, foram feitas muitas experiências de universidades, movimentos sociais e organizações não-governamentais em relação à educação.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), foi estabelecido o direito de educação para todos, incluindo para aqueles que não tiveram acesso à educação na idade própria ou tiveram seu processo educacional interrompido independentemente da idade. Foi um marco de conquista para a Educação de Jovens e Adultos. De acordo com Leôncio Soares (2001, p. 203),

esse preceito constitucional contribuiu para consolidar as poucas iniciativas então existentes no âmbito da EJA, assumidas por administrações populares e para reforçar a necessidade de os governos assumirem como dever do Estado. De fato, houve, a partir de 1988, uma expansão significativa e uma institucionalização das redes públicas de ensino quanto ao atendimento aos jovens e adultos que se encontravam sem acesso à educação.

Com a extinção da Fundação Educar na década de 1990, a EJA passou por momentos difíceis. Conforme Sabia e Militão (2010, p. 4),

as recomendações do Banco Mundial, em relação à Educação de Jovens e Adultos, parecem ter sido incorporadas pelo Ministério da Educação na íntegra, pois, quando assumiu a Pasta, José Goldemberg, no início de sua gestão afirmou, publicamente, “ser a morte a solução social para o problema educacional do adulto analfabeto, pois este já havia aprendido a sobreviver sem escolarização” (Haddad & Di Pierro, 1994, p. 5). Assim, os recursos deveriam ser destinados aos analfabetos jovens ou em idade escolar para se viabilizarem, em dez anos, a erradicação do analfabetismo. Diante desta perspectiva ministerial, as comissões estaduais do PNAC deixaram de atuar progressivamente por falta de condições políticas.

Os autores citados, apresentam ainda, que neste contexto de desvalorização da educação de jovens e adultos, “esta modalidade saiu do MEC e se transformou em Ação Social da então primeira-dama do país, Ruth Cardoso, que presidiu o Programa Comunidade Solidária” (Sabia & Militão, 2010, p. 8). Portanto, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), a EJA foi vinculada ao Ministério da Assistência Social. No MEC, ficaram os programas desenvolvidos sob forma de educação a distância que se tornaram cada vez mais conhecidos como alternativa preferencial a ser praticada para resolver os problemas de defasagem de escolaridade no país.

Tendo que enfrentar barreiras devido à falta de uma política pública federal para a EJA, sofre ainda com a ausência de recursos para sua manutenção imposta pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Valorização do Magistério (FUNDEF). O Fundo excluiu as matrículas da EJA no Ensino Fundamental dos cálculos para a redistribuição de recursos por aluno matriculado vinculados entre esferas de governo. O FUNDEF, Lei nº 9.424/1996 (Brasil, 1996) e Decreto nº 2.264/1997 (Brasil, 1997) vigorou de 1997 até 2006. Foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14/1996 (Brasil, 1996) como instrumento fundamental da reforma educacional realizada durante o governo de FHC.

O FUNDEF acabou marginalizando a Educação de Jovens e Adultos. Conforme apontam Haddad e Di Pierro (2000, p. 34, grifo nosso):

diante das limitações do financiamento decorrente desta medida, as instancias subnacionais de governo, às quais cabe a oferta pública de ensino fundamental à população jovem e adulta, foram objetivamente desestimuladas a expandir esse nível e modalidade educativos, o que já em 1988 se refletiu na **redução de matrículas**.

No ano de 2003, novas perspectivas surgem para a EJA com o retorno ao MEC no governo Lula. No mesmo ano, o MEC anuncia que a EJA passa a ser uma das prioridades do Governo Federal, ano também em que o governo Lula lança o Programa Brasil Alfabetizado. Segundo Haddad (2009) este governo prometeu emprego (10 milhões de novos empregos), alfabetização (superar o analfabetismo de jovens e adultos) e comida (fome zero, três refeições por dia para todos), contudo, ao término deste mandato, estas metas não tinham sido atingidas.

No plano do emprego, suas metas ficaram bastante distantes do prometido naquele início de governo e a superação do analfabetismo esbarrou em políticas tradicionais e pouco eficientes, apesar do reconhecimento do direito e do retorno das políticas de EJA para a condução do Ministério da Educação (Haddad, 2009, p. 360).

Em 2004, outro passo a favor da EJA, foi a iniciativa do MEC, em reunir a gestão dos programas de apoio à alfabetização e ao Ensino Fundamental em uma nova Secretaria de Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade (SECAD). Instituiu também uma Comissão Nacional para consultar os municípios, estados e organizações da sociedade civil. Mais tarde a SECAD passou a incluir a terminologia Inclusão e a chamar-se SECADI.

A partir de 2007, a EJA se viu amparada pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), sob a Lei nº 11.494/2006 (Brasil, 2006), pois havia ficado sem recursos durante a vigência do fundo anterior, o FUNDEF.

Este novo fundo trouxe um avanço para a EJA ao incluí-la como modalidade da Educação Básica e, assim, a EJA passou a receber verba para investimento/manutenção, o que não ocorreu no fundo anterior durante dez anos. Portanto, o FUNDEB significou uma garantia de recursos para que os municípios pudessem manter ou abrir salas de educação para pessoas jovens e adultas.

Embora a EJA tenha sido incluída no FUNDEB, esta modalidade de ensino recebeu menor valor por aluno em relação ao ensino regular. Conforme Sena (2008), os recursos do valor por aluno eram 30% menores em comparação ao Ensino Fundamental regular, além do fato da lei do FUNDEB não estabelecer uma aplicação mínima para gastos com esta modalidade, deixando a critério de cada esfera de governo (estadual ou municipal) esta priorização de atendimento ou não, pois a lei previa a aplicação indistinta entre etapas e modalidades. O autor citado enfatiza este aspecto ao afirmar que

A Lei do Fundeb prevê que as ponderações, que podem flutuar numa banda de 0,7 a 1,3, respeitadas as pontuações mínimas previstas em seu artigo 36, § 2º, sejam fixadas com base em estudos de custo realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep (artigo 13, I). Entretanto, essa sinalização naufraga e se frustra com a regra do artigo 21, da Lei n. 11.494/07, Lei do Fundeb, que **prevê a aplicação indistinta**. As ponderações são elementos para a captação de recursos, mas, segundo esse dispositivo, **o gasto é livre, isto é, pode-se captar por uma etapa ou modalidade e gastar em outra** (Sena, 2008, p. 325, grifos nossos).

Portanto, consideramos a inclusão no FUNDEB um alento para a EJA, embora a efetividade da aplicação de recursos tenha sido comprometida pela não definição de um percentual obrigatório de gasto nesta modalidade de ensino para os governos estaduais e municipais que compartilharam a responsabilidade da oferta da EJA. Haddad (2009) enfatiza que houve um claro processo de municipalização da EJA na primeira etapa do Ensino Fundamental, ficando os demais níveis sob responsabilidade do governo estadual, ou seja, os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Ressaltamos também a criação do Programa Nacional do Livro Didático para a EJA em 2009 (PNLD-EJA). Conforme Cavalcante (2009), o PNLD-EJA tinha como objetivo disponibilizar livros didáticos para os educandos de entidades parceiras do programa Brasil Alfabetizado, das escolas

públicas com turmas de alfabetização, de Ensino Fundamental e Ensino Médio da EJA. Os livros didáticos seriam entregues aos alunos e educadores definitivamente, não havendo a necessidade de devolvê-los ao final do ano letivo.

Entretanto, na última década, as políticas públicas para EJA sofrem novamente sua descontinuidade e até recuo. Cavalcante (2019, p. 1127) destaca que a partir das jornadas de junho de 2013, “uma série de instabilidades de ordem jurídica, administrativa, legal, econômica e ética, mas, sobretudo políticas afetam a modalidade EJA, indicando o seu possível desaparecimento”. Explicitamos que as jornadas de junho de 2013 foram uma série de mobilizações de massa ocorridas simultaneamente em mais de 500 cidades do país. Os protestos inicialmente eram contra o aumento das tarifas do transporte público, mas revelaram uma insatisfação geral da população brasileira com a classe política, corrupção e problemas sistemáticos na saúde e na educação.

Um dos principais “ataques” à modalidade de ensino, é evidenciada na extinção da SECADI sob o Decreto nº 9.465/2019 (Brasil, 2019) e com ela a desapareição das menções à EJA na estrutura administrativa do Ministério da Educação.

[...] mais do que uma extinção administrativa pura e simples, ocorre uma reordenação discursiva com a criação de uma Secretaria de Alfabetização composta por três diretorias: a Diretoria de alfabetização baseada em evidência; a Diretoria de suporte estratégico à Alfabetização e a Diretoria de desenvolvimento curricular e formação de professores alfabetizadores. Nos artigos 29 e 32 do referido decreto, que tratam da estrutura dessas diretorias, a Educação de Jovens e Adultos não é citada em nenhuma passagem, e os jovens e adultos aparecem em apenas duas ocorrências, quanto da exposição das competências da Secretaria de Alfabetização, como público a ser atendido, e não como modalidade de atendimento escolar específico (Cavalcante, 2019, p. 1133-1134).

Diante do contexto apresentado, as políticas públicas para EJA encontram-se em um momento de retrocesso, em que as lutas pelo direito à educação das pessoas jovens e adultas precisam ser retomadas, pois embora tenha se contemplado o direito à educação para todos na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), o direito não é efetivado automaticamente, ou seja, precisa ser implementado e ter garantido o seu cumprimento. Neste breve resgate histórico fica evidenciada a descontinuidade da política educacional para a EJA.

Consideramos uma contradição o país ter como filho Paulo Freire com seu Método de Alfabetização de Adultos e toda sua obra reconhecida mundialmente, ou seja, o autor recebeu 35 títulos de Doutor Honoris Causa de universidades de todo o planeta e aqui as políticas públicas para a EJA caminham na contramão do seu método de alfabetização e sofrem a descontinuidade e a desvalorização desta modalidade de ensino. Em seu livro *Educação como Prática da Liberdade* (1967), Paulo Freire expõe o “Método” de Alfabetização de Adultos de maneira minuciosa, contextualizando historicamente a proposta e expondo seus pressupostos filosóficos e políticos. Na introdução deste livro, Weffort enfatiza as experiências do método na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte. No ano de 1962, 300 trabalhadores rurais foram alfabetizados em apenas 45 dias. Foram desenvolvidos cursos de capacitação de coordenadores em várias capitais dos estados entre junho de 1963 e março de 1964. Estava prevista para o ano de 1964 a instalação de 20.000 círculos de cultura para dois milhões de analfabetos. Segundo Weffot o Golpe Militar interrompeu os trabalhos e reprimiu toda a mobilização popular já conquistada. Paulo Freire ficou detido por 70 dias e depois foi exilado para o Chile. O programa Mobral implantado em 1967 já mencionado anteriormente tinha como objetivo estritamente as habilidades de ler e escrever. Não apenas o programa Mobral, mas os programas mencionados na década de 1990 e anos 2000 se distanciam completamente da proposta de Freire de ir muito além da leitura da palavra, ou seja, promover leitura de mundo. Para o autor citado, alfabetização e conscientização caminham juntas, a tomada

de consciência da situação real vivida pelo educando deve acompanhar todo processo de aprendizado. Teixeira (2019) busca explicitar o sentido da conscientização proposta por Freire.

Numa pedagogia como prática da liberdade o oprimido deve conscientizar-se como sujeito de sua realidade histórica, a discussão das questões relacionadas ao trabalho e a cultura não se separam da tomada de consciência, pois esta conscientização muitas vezes significa o começo da busca de uma posição de luta (Teixeira, 2019, p.31)

Após este breve contexto histórico, na sequência apresentamos a caracterização e a história da EJA no município campo desta pesquisa.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E BREVE HISTÓRICO DA EJA EM MARÍLIA

Marília é um município brasileiro do Estado de São Paulo que se localiza na região Centro Oeste, estando a 443 km de distância da Capital do Estado. Sua nomenclatura foi criada através da Lei Estadual nº 2161, em 22 de dezembro de 1926, ainda como um distrito de Cafelândia. Em 1928, Marília deixa de ser distrito e passa a ser elevada à categoria de município pela Lei Estadual nº 2320, de 24 de dezembro de 1928. Foi oficializada sua instalação em 4 de abril de 1929, data em que se comemora o seu aniversário. Portanto, Marília é um município relativamente novo, pois completou 92 anos em 2021.

Na década de 1940, o município firma-se como polo de desenvolvimento do Oeste Paulista, no qual se verifica nesse período, um grande crescimento urbano e populacional. Nos anos de 1970, houve um novo ciclo industrial no município com a instalação de novas indústrias, principalmente na área alimentícia e metalúrgica.

Nos dias atuais (2021), Marília conta com aproximadamente 50 indústrias na área alimentícia, sendo conhecida como “Capital Nacional do Alimento”. Sua população é de aproximadamente 240.590 mil habitantes segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020).

Em relação à educação, o município possui sistemas educacionais que abarcam desde a Educação Básica à Educação Superior. A rede pública municipal possui um total de 52 unidades escolares distribuídas entre 33 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI); 03 Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Educação Infantil (EMEFEI); 16 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF). Essas unidades atendem aproximadamente 18 mil alunos. O município também possui o Centro-Escola Municipal de Atendimento Especializado “Profª Yvone Gonçalves” (CEMAEE) que presta atendimento aos alunos com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, dificuldades de aprendizagem e altas habilidades/superdotação.

O município ainda possui em sua estrutura educacional, 46 escolas públicas estaduais, além de 16 escolas particulares. Na Educação Superior, possui 02 faculdades, 01 centro universitário e 03 universidades, das quais duas são públicas e uma particular. Ainda no município, encontram-se escolas de cursos técnico-profissionalizantes, como o Centro Profissionalizante de Marília (CEPROM), Escola Técnica Estadual (ETEC) Antonio Devisate, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Social da Indústria (SESI).

Como o foco do nosso estudo é a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que é uma modalidade da Educação Básica, a EJA dos anos iniciais do Ensino Fundamental é oferecida no município de Marília desde meados dos anos de 1940. De acordo com Venâncio (2011, p. 101) “O ensino era ofertado pela rede pública estadual de ensino e por associações filantrópicas de instituições religiosas como a igreja católica e a religião espírita”.

Na década de 1970, através da Lei Municipal nº 1.794, de 26 de março de 1971, o município assinou um convênio com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) criado em dezembro de 1967, pela Lei nº 5.379 (Brasil, 1967), sendo vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). O MOBRAL teve então suas atividades no município até 1985, ano em que a Fundação Educar, órgão vinculado ao MEC e responsável pela EJA foi extinta.

Conforme destaca Venâncio (2011), o município fez uma tentativa assinando convênio com a Fundação Educar antes de sua extinção, para continuar com a oferta da EJA. O objetivo era assumir as salas de aula da EJA antes administradas pelo extinto MOBRAL. Entretanto, o convênio não foi efetivado e a maioria das salas da EJA foram fechadas e algumas foram transferidas para a rede pública estadual de ensino devido à falta de auxílio por parte da União.

Deste modo, os anos iniciais do Ensino Fundamental da EJA passam a ficar sob a responsabilidade da rede pública estadual de ensino até o município aderir ao processo de municipalização dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 4º ano) ocorrido em 1998. A partir de então, os anos iniciais do Ensino Fundamental da EJA que antes eram ofertados, em grande parte, pela rede pública estadual de ensino passaram a ser ofertados quase que exclusivamente pelo município de Marília. Segundo Venâncio (2011, p. 117):

Os anos iniciais da EJA, sob o designo de “Ensino Supletivo”, começou a ser desenvolvido, como uma responsabilidade do município, no mesmo ano da municipalização do ensino fundamental, regulamentado pela Lei Municipal n. 4.438 de 21 de maio de 1998 (Marília, 1998). Nesse início, de acordo com o artigo n. 02 da lei supracitada, houve a abertura de apenas quatro salas nos anos iniciais da EJA, sendo três delas localizadas na zona sul e uma na zona norte do município, que em conjunto ofertavam apenas setenta vagas.

Reiteramos que a municipalização do ensino em Marília ocorreu apenas para os anos iniciais do Ensino Fundamental, que atualmente corresponde ao período do 1º ao 5º ano. Portanto, o município ficou responsável pela oferta da EJA apenas nos anos iniciais. O segundo ciclo deste ensino, o Fundamental II, correspondente ao período do 6º ao 9º ano e o Ensino Médio permaneceram sob a responsabilidade da rede pública estadual de ensino.

Temos no município de Marília, o Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA) que vinculado à Secretária Estadual da Educação, atua no município de Marília desde o ano de 1980 e atende os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. O município conta também com quatro unidades prisionais, vinculadas com a rede pública estadual de ensino, que oferecem a modalidade de Educação de Jovens e Adultos para os cidadãos que estão em situação de privação da liberdade. De acordo com Souza (2018, p. 13-14),

em Padre Nóbrega, Distrito de Marília, a Penitenciária funciona vinculada à E.E. Padre João Walfredo Rothermund, a qual atende os alunos do sistema penal do regime fechado e do regime semiaberto. Ainda em Nóbrega, o Centro de Ressocialização (CR) está vinculado à E.E. Oracina Corrêa de Moraes Rodine. [...]

No município de Álvaro de Carvalho, a Penitenciária Valentim Alves da Silva funciona somente em regime fechado e está vinculada à E.E. Rafael Paes de Barros.

Nessa unidade os alunos jovens e adultos recebem a EJA Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Anos Finais e Ensino Médio, em formato semipresencial. [...]

A Fundação CASA de Marília – Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – está vinculada à E.E. Monsenhor Bicudo. Todas essas unidades prisionais fazem parte do Programa de Educação nas Prisões, PEB, e recebem material didático específico à EJA para o ensino fundamental II e Ensino Médio. No caso do Ensino Fundamental I os próprios professores elaboram o material.

Com base nas informações apresentadas pelos autores citados, podemos observar o baixo número de escolas que oferecem a modalidade EJA em relação à proporção de unidades escolares existentes no município de Marília e que poderiam proporcionar melhor abrangência ao público da EJA. Entendemos que a escassez da oferta deste seguimento não favorece o acesso aos alunos da EJA, e que este aspecto favorece ainda mais a evasão escolar, pois a distância entre a residência e a escola dificulta a permanência dos alunos que gastam um tempo maior no deslocamento, entre outros aspectos relevantes para o atendimento efetivo desta modalidade de ensino. A partir disto, discorreremos na seção seguinte sobre a oferta da EJA em Marília e os currículos utilizados pelas redes de ensino que ofertam esta modalidade de ensino.

A OFERTA DA EJA NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA E OS CURRÍCULOS UTILIZADOS NAS ESCOLAS PESQUISADAS

Um estudo realizado por Lira (2019) evidenciou que no ano de 2000 havia no município de Marília, 08 escolas que ofertavam o 1º ciclo do Ensino Fundamental para a EJA. Conforme o Plano Municipal da Educação de Marília (2015-2025), e em acordo com a Lei nº 7.824, de 23 de junho de 2015, no ano de 2015, havia 05 instituições escolares oferecendo o mesmo segmento para a EJA (Marília, 2015). Em 2017, o município contava com 04 escolas que ofereciam os anos iniciais do Ensino Fundamental para a EJA, sendo estas escolas localizadas em uma escola na zona sul, uma na zona oeste e duas na zona norte. Em 2018 houve uma reorganização das salas de modo que a unidade da zona oeste deixasse de atender esta modalidade de ensino.

Atualmente, a modalidade de ensino EJA para o segmento dos anos iniciais do Ensino Fundamental é oferecida apenas em três escolas do município de Marília: a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Professor Olímpio Cruz, localizada na zona norte, a (EMEF) Nivando Mariano dos Santos, localizada na zona sul e a Escola Municipal de Ensino Fundamental e Educação Infantil (EMEFEI) Antônio Garcia Egéa, localizada em Amadeu Amaral, um distrito do município de Marília.

A oferta dos anos iniciais do Ensino Fundamental para EJA pelo município ocorre de forma presencial de segunda a sexta-feira no período noturno.

Em relação ao segundo ciclo do Ensino Fundamental para a EJA, ou seja, o Ensino Fundamental II, a responsabilidade da oferta é da rede pública estadual de Educação, sob a coordenação da Diretoria de Ensino da Região de Marília.

É oferecida a EJA para Ensino Fundamental II, ou seja, anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), na Escola Estadual Antônio Augusto Netto, localizada na zona sul de Marília e no Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA) - Prof.^a Sebastiana Ulian Pessine, localizado no centro do município. Além dos anos finais do Ensino Fundamental, o Centro Estadual oferta também a EJA para o Ensino Médio. O CEEJA oferece horário flexível (manhã, tarde e noite) e com atendimento individualizado. O fato de o horário ser flexível é de grande valor, pois o educando pode estudar ajustando os seus horários conforme sua rotina permitir, além da modalidade ser semipresencial, o que faz com que o educando possa estudar em casa ou de qualquer outro lugar. Outro fator importante é o atendimento individualizado, em que o aluno pode sanar suas dúvidas diretamente com o professor que o orientará conforme suas necessidades, nos processos de aprendizagem.

Além da oferta pública da EJA pelos sistemas municipal e estadual de educação, o município conta com a oferta privada pela Fundação Bradesco, localizada na zona norte da cidade. A Fundação Bradesco oferece a EJA para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. Embora também ofereça horário flexível, conta com apenas uma monitora para atender todas as disciplinas, os educandos têm o período de seis meses para se prepararem para as avaliações processuais por área de conhecimento e a avaliação final que é agendada pela instituição.

Em relação aos currículos utilizados nas escolas pesquisadas, informamos que foram verificados os Projetos Político Pedagógicos (PPP) de duas Escolas Municipais de Ensino Fundamental, uma da zona norte e outra da zona sul de Marília, que ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental para a EJA no município de Marília¹.

A EMEF localizada na zona sul do município de Marília foi inaugurada no de 2004, ofertando o Ensino Fundamental - anos iniciais (1º ao 5º ano do ensino regular) passando a oferecer a modalidade de ensino EJA no ano de 2007. A partir da análise do PPP referente ao ano letivo de 2020 foi possível observar que sua elaboração tem como base: A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988); o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/1990 (Brasil, 1990); A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/1996 (Brasil, 1996); A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008); o Plano Municipal de Educação de Marília e as Propostas Curriculares da Secretaria Municipal da Educação de Marília, alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017, 2018), contanto também com aportes teóricos como os estudos de Davidov, Mukhina, Vygotski, Leontiev e Libâneo.

O PPP da EMEF foi elaborado por uma equipe formada por gestores, professores e funcionários tanto novos na equipe quanto veteranos na escola, objetivando que suas atividades escolares fossem “participativa, reflexiva e fundamentada nas necessidades e possibilidades reais da unidade escolar, detectada a partir de dados coletados na comunidade”. O PPP segue os princípios da Teoria Histórico-Cultural.

Embora um dos objetivos gerais da escola seja “Propor o ensino multidisciplinar dos campos do conhecimento em práticas e projetos pedagógicos mais abrangentes inter-relacionados a garantir o conhecimento integral, contextualizado e com sentido aos aprendizes”, os assuntos pedagógicos que competem à EJA estão disponibilizados na seção de anexos do PPP (Projeto político pedagógico EMEF Nivando Mariano dos Santos, 2020, p. 38).

No que se refere à EJA, a modalidade de ensino parece ser tratada diferentemente do ensino regular, quase como se fosse uma “caixinha” separada, pois dos 25 projetos que há na escola, em apenas 01 deles a EJA é contemplada e dos 03 projetos em parceria com a Secretaria Municipal de Educação em nenhum deles, a EJA está incluída. Seu Plano de Ensino dos anos iniciais do Ensino Fundamental é organizado em ciclos I, II, III e IV que traz as áreas do conhecimento: Língua Portuguesa; Matemática; Estudos da Sociedade e Natureza e Arte. Não identificamos muita diferença ou inovação nos conteúdos apresentados ou metodologia de trabalho e atividades desenvolvidas entre os ciclos.

A EMEF localizada na zona norte do município de Marília foi inaugurada no ano de 1998. Oferta o Ensino Fundamental (1º ao 5º ano do ensino regular) e, em 1999, passou a oferecer a modalidade de ensino EJA. O Projeto Político Pedagógico da Escola é construído quadrienalmente. Anualmente é apresentado apenas o Plano de Gestão. O PPP vigente foi construído em 2019, entrou em vigência em 2020 e será revisto novamente em 2024.

Na escola são trabalhados os seguintes aspectos: caracterização da comunidade e do entorno escolar, marcos situacional, doutrinal e operativo, bem como os objetivos e metas prioritárias. Conforme mencionado no Plano de Gestão do ano de 2020, o atual diretor da escola não participou da construção do PPP realizada no ano anterior (2019), pois estava na gestão de outra escola.

Observando o documento se percebe que este está ancorado na Teoria Histórico-Cultural, uma vez que são apresentados no decorrer do texto, elementos linguísticos e teóricos embasados em Vygotski, psicólogo este preocupado com a questão do desenvolvimento pleno da criança, assim

¹ Para obtenção do PPP, fizemos um contato por telefone aos gestores, enviamos o projeto de pesquisa por e-mail e solicitamos a autorização da pesquisa e o envio posterior do PPP. Estava previsto no projeto a análise das duas escolas municipais e do CEEJA. Entretanto, o CEEJA acabou não enviando o PPP no prazo solicitado e obtivemos apenas das escolas municipais.

como o educador, Paulo Freire, que também foi referenciado. O Plano de Ensino da EJA que consta no Plano de Gestão 2020 é composto pelas áreas de conhecimento Língua Portuguesa, Matemática, Estudos da Sociedade e da Natureza, as quais estão divididas em dois módulos, sendo termo I e termo II. Conforme evidenciamos, não há muita diferença ou inovação nos conteúdos apresentados ou metodologia de trabalho e atividades desenvolvidas nos anos iniciais do Ensino Fundamental regular. Destacamos ainda que a EJA não é mencionada em nenhum dos projetos trabalhados na escola neste ano.

Passamos, na próxima seção a apresentar as metas do Planos Nacional (2014-2024) e Municipal de Educação (2015-2025) e dados de matrículas (2009-2019) que foram obtidos nos documentos Sinopses Estatísticas do INEP.

A EJA NO PNE (2014-2024) E DO PME (2015-2025) E AS MATRÍCULAS (2009-2019)

Nesta seção apresentamos as metas da EJA tanto no Plano Nacional da Educação PNE (2014 – 2024), Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014 (Brasil, 2014), como do Plano Municipal de Educação (2015-2025), Lei n. 7.824, de 23 de junho de 2015 (Marília, 2015). Buscamos confrontá-las com os dados de matrículas disponíveis no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira no período de dez anos (2009 a 2019), e taxa de analfabetismo do município obtida no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

No PNE (2014-2024), apresentamos três metas relacionadas à modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Meta 8

Elevar a escolaridade média dos jovens e adultos entre 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência do Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país, e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre os negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Meta 9

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10

Oferecer, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, a forma integrada à educação profissional (Brasil, 2014).

Quando identificamos as metas do PNE (2014-2024), observamos que estas são ambiciosas e necessitam de investimentos substantivos para sua efetivação na modalidade EJA. Além do aspecto mencionado sobre o a Lei do FUNDEB (Lei 11.494/2007) que não obriga um percentual mínimo de gastos na modalidade de ensino pelos governos municipais e/ou estaduais, a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 (Brasil, 2016) (Proposta de Emenda Constitucional - PEC do texto dos gastos públicos) que congelou por vinte anos os investimentos públicos nas áreas sociais e que impactam diretamente nos recursos destinados para a educação.

De acordo com a Sinopse Estatística do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no período de dez anos (2009-2019), as matrículas totais no Brasil da modalidade de ensino EJA tiveram um decréscimo. No ano de 2009 somaram 4.701.245 matrículas e, em 2019, estas contabilizaram o total de 3.273.668. Portanto, tivemos uma queda de 30,36% nas matrículas da EJA no Brasil nos últimos dez anos. No Estado de São Paulo, as matrículas

totais da EJA em 2009 foram de 800.927 e no ano de 2019 somaram 417.752, ou seja, uma queda de 47,84% (Brasil, 2009, 2019).

Em relação ao Plano Municipal de Educação (PME) do município de Marília, a Lei 7.824/2015 (Marília, 2015), estabelece 20 metas/objetivos relacionadas à EJA, dentre essas metas destacamos:

1. assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos que tiveram acesso à educação básica na idade própria; [e assim por diante em 2,3,...];
2. erradicar o analfabetismo absoluto até o final da vigência do Plano (2025);
3. reduzir a taxa de analfabetismo funcional para 8,2% até 2025.
4. realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos; [...]
8. realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, com divulgação nos meios de comunicação, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil;
9. realizar avaliação, por meio de exames específicos que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;
10. executar ações de atendimento ao estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas:
 - transporte para alunos com necessidades educacionais especiais – NEEs;
 - desconto de 50% no valor do transporte coletivo municipal estabelecido por Lei;
 - oferecer merenda que atenda às necessidades nutricionais do público de EJA;
 - estabelecer parcerias com serviços de saúde para diagnóstico oftalmológico e de patologias associadas ao processo de envelhecimento, buscando priorizar o atendimento deste público e manutenção da saúde. [...]
15. considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, bem como as dos deficientes com vistas à promoção de políticas erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento e experiência dos idosos e a inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas; [...]
20. identificar motivos de absenteísmo e colaborar com o Estado para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino (Marília, 2015, p. 143-145).

Além das metas para EJA, destacamos parte do documento que menciona também a taxa de analfabetismo absoluto e funcional no município:

Marília apresenta 216.745 habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2010 com taxa de analfabetismo de 4,1% da população com 15 anos ou mais, enquanto a taxa de analfabetismo funcional é de 16,4%. [...] verifica-se a necessidade de o município continuar a ofertar esta modalidade de ensino que é carregada de complexidades. [...] Conforme diagnóstico do índice de alfabetização, grande parte da população não alfabetizada encontra-se na faixa etária acima de 60 anos e apresenta muitos desafios. [...] (Marília, 2015, p. 130,132).

De acordo com os dados do IBGE (2010) do município de Marília mencionados no PME (2015-2025), este possuía o total de 7.060 pessoas maiores de 15 anos de idade que não sabiam ler e escrever. Os dados do documento Sinopse Estatística (2010) do INEP, no mesmo ano indicam que havia no município 3.660 matrículas, sendo 1.484 no Ensino Fundamental e 2.176 no Ensino Médio. Com base nos dados analisados ainda restavam 3.400 pessoas com mais de 15 anos ainda não alfabetizadas. Podemos nos perguntar: onde estavam essas pessoas? Por que não foram inclusas nas matrículas da EJA? Faltou interesse destas pessoas ou faltou uma busca ativa pelo município para alcançar essa parcela da população?

Se considerarmos os analfabetos funcionais, ou seja, aqueles que “mesmo sabendo escrever frases simples, não possuem as habilidades necessárias para satisfazer as demandas do dia a dia, bem como continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida” (Marília, 2015, p. 129), teremos um número de pessoas muito maior que necessita da EJA, tomando como base os 16,4% da população de 2010, aproximadamente 34.896 pessoas.

Este descompasso entre a demanda estimada pela modalidade e a cobertura escolar pelo município estudado é apresentada em estudo sobre o estado de São Paulo. Conforme Cássio; Crochik; Di Pierro; Stoco (2015)

apesar de a taxa de analfabetismo absoluto em âmbito estadual tender ao declínio e situar-se abaixo da média nacional (3,7% em 2013), a escolaridade média da população paulista é baixa — 9,63 anos de estudo na média da população entre 15 e 64 anos, segundo a Seade (2016). De acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2011), dos mais de 32 milhões de paulistas com 15 anos ou mais, 37% não haviam terminado o Ensino Fundamental; e, dentre as pessoas com 18 anos ou mais (que totalizavam, em 2010, quase 19 milhões em todo o Estado), mais de 5 milhões não haviam concluído o Ensino Médio. Portanto, a demanda potencial por escolarização básica de jovens e adultos no Estado somava, naquele ano, quase 17 milhões de paulistas, e a cobertura escolar estimada por Di Pierro (2014, p. 50) era de menos de 10%.

Fazendo um paralelo dos dados paulistas com os dados de matrículas de EJA em Marília do ano 2010, a demanda estimada neste município representava menos de 10% de cobertura escolar. Reiteramos que apesar dos dados do IBGE sobre o analfabetismo do município evidenciarem uma demanda substantiva para esta modalidade de ensino, apresentamos, em contraposição, a tabela 1 com o número de matrículas na EJA no Ensino Fundamental e Médio oferecido pelas redes públicas estadual e municipal e pela rede privada de ensino em Marília, compreendendo o período de dez anos (2009-2019). Ressaltamos que não houve oferta no período pela rede pública federal.

Tabela 1. Relação de matrículas de EJA em Marília nos anos 2009 a 2019.

| Número de matrículas da EJA | | | | | | | | | | | |
|-----------------------------|--------------------|---------|----------|-----------|---------|--------------|---------|----------|-----------|---------|-------|
| Ano | Ensino fundamental | | | | | Ensino médio | | | | | T |
| | Total | Federal | Estadual | Municipal | Privada | Total | Federal | Estadual | Municipal | Privada | |
| 2009 | 2.414 | - | 1.981 | 373 | 60 | 3.702 | - | 3.668 | - | 34 | 6.116 |
| 2010 | 1.484 | - | 1.096 | 326 | 62 | 2.176 | - | 2.087 | - | 89 | 3.660 |
| 2011 | 1.099 | - | 846 | 251 | 2 | 967 | - | 967 | - | - | 2.066 |
| 2012 | 844 | - | 697 | 147 | - | 1.023 | - | 1.023 | - | - | 1.867 |
| 2013 | 933 | - | 768 | 165 | - | 1.639 | - | 1.639 | - | - | 2.572 |
| 2014 | 1.027 | - | 887 | 140 | - | 2.057 | - | 2057 | - | - | 3.084 |
| 2015 | 1.166 | - | 743 | 133 | 290 | 1.988 | - | 1.543 | - | 445 | 3.154 |
| 2016 | 1.081 | - | 826 | 160 | 95 | 2.034 | - | 1890 | - | 144 | 3.115 |
| 2017 | 1048 | - | 852 | 143 | 53 | 2.068 | - | 1.962 | - | 106 | 3.116 |
| 2018 | 909 | - | 745 | 93 | 71 | 1.622 | - | 1.536 | - | 86 | 2.531 |
| 2019 | 697 | - | 546 | 79 | 72 | 139 | - | 1.299 | - | 94 | 2.090 |

T = Total de matrículas de EJA incluindo E.F e E.M.

FONTE: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Podemos observar a partir dos dados da tabela 1, que as matrículas totais da modalidade de Educação de Jovens e Adultos tiveram uma queda de 65,82% entre os anos de 2009 (6.116) e 2019 (2.090). Quando separamos as matrículas de EJA do Ensino Fundamental e do Ensino Médio,

identificamos que houve uma queda nas matrículas do Ensino Fundamental ofertadas pela rede pública estadual de ensino de 72,43%, ou seja, em 2009 (1.981) e, em 2019 (546). Do mesmo modo, houve uma queda nas matrículas do Ensino Fundamental ofertadas pela rede pública municipal de ensino de 78,82%, ou seja, em 2009 (373) e, em 2019 (79). No Ensino Médio, a queda de matrículas ofertadas pela rede pública estadual de ensino foi de 64,59%. As matrículas da rede privada de ensino aumentaram 20% entre os anos de 2009 e 2019 no Ensino Fundamental e aumentaram 176% no Ensino Médio (Brasil, 2009, 2019).

Tabela 2. Dados da cor/raça dos analfabetos em Marília (Dados do IBGE referente ao ano de 2010).

| Cor ou raça | Pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever |
|-------------|---|
| Amarela | 124 |
| Branca | 3.443 |
| Indígena | 25 |
| Parda | 2.815 |
| Preta | 653 |
| Total | 7.060 |

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/marilia/pesquisa/23/25124>

Os últimos dados disponíveis são do Censo 2010 realizados pelo IBGE, pois em 2020 e 2021 por cortes do orçamento não foi possível realizar o novo Censo pelo órgão. A tabela 2 apresenta a cor/raça dos analfabetos do município de Marília neste ano. A cor predominante foi a branca com 48% dos analfabetos seguida de, 39,87% parda, 9,24% preta, 1,75% amarela e 032% indígena.

Pelo que podemos apreender a partir das metas para a modalidade nos PNE (2014-2024) e PME (2015-2025) e pelo número de matrículas em queda nos últimos dez anos no país, no Estado de São Paulo e no município de Marília, há um descompasso significativo entre o previsto e o realizado. A EJA enfrenta inúmeros desafios e constantes dificuldades na busca de se estabelecer como modalidade de ensino e de se fazer cumprir seus direitos educacionais. A ausência de políticas públicas para EJA é facilmente identificada pela falta de investimento na oferta deste segmento para uma educação de qualidade. Ou seja, a EJA é a primeira a sofrer com fechamento de unidades, cortes, redução de salas entre outros fatores que dificultam ou impossibilitam o acesso à educação para a população jovem e adulta.

Muitas vezes vemos a oferta da EJA sendo realizada apenas no período noturno, como podemos observar nas escolas pesquisadas no município de Marília. Este fato juntamente com a localização das escolas que, em suma, estão em bairros distantes, prejudicam o acesso dos alunos, o que dificulta também a prospecção de futuros alunos, uma vez que estes dependem de transporte público. No PME (2015-2025), o município de Marília informa que arcará com 50% do valor do passe do transporte público, portanto, os alunos terão que arcar com 50% do valor. Os alunos que trabalham em turnos noturnos, necessitam de um horário para estudos mais flexível que possa atender suas demandas.

Outro ponto que merece destaque é o fato de não existir no município estudado concurso para professores atuarem na EJA. Os interessados prestam um processo seletivo que ocorre anualmente, e ao assumir uma turma de EJA, essa jornada é classificada como aula extra ou “dobra”, causando uma rotatividade de professores nas turmas de EJA, aspecto que dificulta a adaptação do aluno com trocas anuais de professores. O educando acaba levando mais tempo para atingir os resultados da aprendizagem, principalmente na faixa etária mais alta (idade) que é o perfil do município estudado.

A falta de concurso específico para o professor atuar na EJA reforça a ideia equivocada de que não é necessário que esse professor tenha formação específica para atuar neste segmento de ensino. Traz como consequência currículos e práticas inadequadas onde muitos dos alunos ficam

estagnados, não evoluem em seu processo educacional. Portanto, aquilo que aprendem, muitas vezes não produz sentido na escola e fora dela.

O que ocorre com as escolas nas quais os currículos foram analisados é que ambas trazem em seu plano de ensino conteúdos repetitivos e uma metodologia inadequada para seu público-alvo que são, majoritariamente, compostos por adultos e idosos. Deste modo, podemos analisar, por exemplo, o componente curricular de Estudos da Sociedade e da Natureza. Na escola da zona norte que traz para os alunos do termo II, o conteúdo reprodução, que poderia ser substituído por conteúdos relacionados à saúde como diabetes, hipertensão entre outros, trazendo informações de como essas doenças surgem e agem no organismo e quais as formas de evitá-las ou controlá-las trazendo-lhes informações sobre hábitos e alimentos saudáveis. Trata-se de questões que estão presentes no dia a dia desses alunos e a metodologia utilizada, além de debates e discussões como traz a proposta curricular do município ou da escola? Poderia, ainda, se incluir palestras com profissionais da saúde para melhor compreensão dos educandos.

Outro exemplo que podemos assinalar, assenta-se na proposta curricular da escola da zona sul, onde podemos observar que no componente curricular Língua Portuguesa, os conteúdos como leitura oral, leitura e produção de diversos gêneros textuais, e roda de conversa, são aplicados tanto para os termos I e II como para os termos III e IV, mantendo também a mesma metodologia nas atividades. Os jornais, os cardápios, as cartas e as bulas de remédios são elementos que estão presentes no cotidiano desses educandos, o que torna mais fácil a diferenciação e a percepção do uso social de cada um desses gêneros, os alunos dos termos III e IV já estariam familiarizados e a repetição deste conteúdo poderia estagnar seu processo de aprendizagem.

Outro aspecto que influencia diretamente na escolarização desses educandos é o fato de estarem em salas multisseriadas, onde cada aluno está em um nível de aprendizagem diferente, necessitando de atenção diferente e havendo um único professor para administrar essa sala de aula. Ocorre que muitos dos alunos acabam sendo prejudicados, ficando mais tempo que o estimado em sala de aula, o que irá exigir maior demanda e o oposto do que se espera acaba acontecendo, há cortes e redução da oferta de EJA.

Os autores Friedrich et al. (2010, p. 406) denominam de proposta pedagógica esvaziada estes aspectos evidenciados em nossa análise pelo fato de não contemplarem as expectativas dos educandos desta modalidade.

Com um público específico que traz consigo sequelas de experiências frustradas ao longo da vida, o adulto chega à EJA com uma bagagem cultural diversificada, habilidades inúmeras, conhecimentos acumulados e reflexões sobre o seu mundo. Muitos se encontram humilhados pela condição de excluídos da escola por diferentes razões: necessidade de trabalho, reprovações sucessivas, por não se terem adaptado às normas da escola, por não terem conseguido aprender o que necessitam com urgência de aprender o necessário para sobreviver neste mundo científico e tecnológico em que vivem. **Chegam e encontram a mesma escola que os excluiu há anos com propostas pedagógicas que não contemplam as suas expectativas e escolas com regras específicas e generalizadas.** Este, além de outros aspectos leva ao alto índice de evasão observada nos programas de EJA na atualidade. Esse fracasso pode ser explicado, principalmente, por problemas de concepção epistemológica e pedagógica entre o concebido pelas propostas oficiais e o vivido por esta comunidade no âmbito escolar. (grifo nosso)

Nesse sentido, entendemos a complexidade do atendimento do público-alvo da EJA que possui demandas específicas pela sua trajetória de vida. Reiteramos, entretanto, “que a finalidade da escola abarca outras dimensões da formação humana que extrapola a dimensão cognitiva” (Sabia & Sordi, 2020, p. 130).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme evidenciado em nosso estudo, o município estudado vem diminuindo de forma substantiva o número de matrículas da modalidade EJA no período entre 2019-2019 e, também, a quantidade de escolas que ofertam EJA. Esta queda acontece também em nível nacional e estadual. No município de São Paulo o estudo dos autores Catelli Junior, Di Pierro e Giroto (2019, p. 463) apresentam que “a limitação do número de escolas que oferecem EJA cria dificuldade para que jovens e adultos trabalhadores e pais de família consigam se deslocar no espaço urbano entre o trabalho, a escola e a residência”. Para os autores citados, se não há escola perto da casa ou do trabalho, o acesso fica limitado e dificulta-se a permanência, causando a redução nas matrículas da EJA. Alegam ainda que as possíveis causas redução ocorrem pela inadequação da oferta em termos de localização e pela disponibilidade dos meios de transporte, pela inadequação dos horários das escolas em relação às disponibilidades de jovens e adultos para frequentá-la. Destacam também os problemas de relevância da proposta curricular ou pedagógica e pela estratégia de gestão da demanda por parte da Diretoria Regional de Ensino e da própria escola.

Consideramos que os aspectos apontados pelos autores sejam bons indícios para novas pesquisas que possam contribuir para a implantação de políticas públicas para EJA no município estudado que atendam prioritariamente as necessidades dos educandos.

Reiteramos a necessidade de continuar a luta pela educação de todos os brasileiros que deve ser garantida como a nossa Constituição de 1988 determina. Destacamos ainda que conforme Sérgio Haddad nos ensina, a educação é direito de síntese, ou seja, é partir dela que o cidadão vai compreender sobre os outros direitos sociais que possui. Portanto, negar a educação implica inviabilizar o acesso aos demais direitos dos cidadãos brasileiros.

Contribuições dos Autores: Gonçalves, T. S.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; Sabia, C. P. P.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual. Todos os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

Aprovação Ética: Não aplicável.

Agradecimentos: Não aplicável.

REFERÊNCIAS

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

Brasil. Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996. Modifica os artigos 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal, e dá nova redação ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/e1496.pdf>

Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

Brasil. MEC. Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/CNE/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>

Brasil. Lei 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm

Brasil. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

- Brasil. INEP. Sinopse Estatística (2009 a 2019). Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>
- Catelli Junior, R., Di Pierro, M.C., & Girotto, E.D. A Política Paulistana de EJA: territórios e desigualdades. *Estudos em Avaliação Educacional*. São Paulo, v.30, n.74, p.454-484, maio/ago.2019.
- Cavalcante, J. Educação de Jovens e Adultos na ordem pós-democrática: desaparecimento da modalidade e invisibilidade institucional. *E-Curriculum*. São Paulo: v17, n3, p.1123-1143, jul./set. 2019.
- Cássio, L.F., Crochic, L., Di Pierro, M.C., & Stoco, S. Demanda Social, Planejamento e Direito à Educação Básica: uma análise da Rede Estadual Paulista na transição 2015-2016. *Educação & Sociedade*, v.37, n.137, p.1089-1119, out./dez., 2016.
- Freire, P. (1967). *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- Friedrich, M., Canavarro Benite, A.M., Machado Benite, C.R., & Pereira, V.S. Trajetória de escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. *Ensaio*, Rio de Janeiro, v.18, n.67, p.389-410, abr./jun., 2010.
- Haddad, S. A participação da sociedade civil brasileira na educação de Jovens e Adultos e na CONFINTEA VI. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.14, n. 41, p. 355-369, maio/ago.2009
- Haddad, S., & Di Pierro, M.C. Diretrizes de política nacional de educação de jovens e adultos: consolidação de documentos 1985/1994. São Paulo: CEDI, Ação Educativa, 1994.
- Haddad, S., & Di Pierro, M.C. Aprendizagem de Jovens e Adultos – Avaliação da década da educação para todos. São Paulo em Perspectivas. São Paulo, v.14,n.1,p.29-40, mar. 2000
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/marilia/pesquisa/23/25124>
- Lira, D. A. A presença de negros em salas da Educação de Jovens e Adultos nas escolas de Marília: A face pública da exclusão educacional do negro. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2019
- Marília. Lei 6.183, de 11 de janeiro de 2005. Aprova o Plano Municipal de Educação.
- Marília. Lei n. 7.824, de 23 de junho de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação. Marília, SP: Secretaria Municipal da Administração, jan. 2005.
- Marília. Projeto político pedagógico EMEF Nivando Mariano. 2020.
- Marília. Projeto político pedagógico EMEF Olímpio Cruz
- Quaglio, P. O Ensino Supletivo: Organização, Problemas e Perspectivas. São Paulo: *Revista Didática*, v.28, p.73-83, 1992.
- Sabia, C.P.P., & Militão, S.C.N. A Marginalização da Educação de Jovens e Adultos no Contexto Contemporâneo: algumas reflexões. In: 9ª Jornada do Núcleo de Ensino de Marília, UNESP, 2010, Marília/SP. *Ensino e Aprendizagem como processos humanizadores: propostas da teoria histórico-cultural para a Educação Básica*, 2010.
- Sabia, C.P.P., & Sordi, M.R.L. Um olhar para a dimensão infraestrutura como uma das condições objetivas possibilitadoras da qualidade em escolas públicas. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 16, n. 1, p. 127-152, jan./mar. 2021.
- Sena, P.M.A legislação do FUNDEB. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 38, n. 134, p.319-340, maio/ago.2008.
- Soares, L. J. G. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagens dos Jovens e Adultos. *Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras*. In: RIBEIRO, V. M. (org.) Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Ação Educativa, p. 201-224, 2001.
- Souza, J.P.F A relação Professor-Aluno e a Produção textual no CEEJA de Marília/SP: uma abordagem dialógica. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2018.
- Srelhow, T.B. Breve História sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. *Revista HISTEDBR On Line*, Campinas, n.38, p.49-59, jun.2010.
- Teixeira, R.F.B. Educação como prática da Liberdade – Dia 1. In: Dickmann, I.; Dickmann, I. (orgs) 365 dias com Paulo Freire. *Diálogo Freireano*, 2019, p. 31.

Venâncio, J.C. Os anos iniciais da EJA no município de Marília/SP e Presidente Prudente/SP: uma análise das políticas educacionais e suas influências no desenvolvimento das propostas de EJA. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2011.

Recebido: 31 de julho de 2021 | **Aceito:** 2 de novembro de 2021 | **Publicado:** 23 de dezembro de 2021



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.